

DISCLOSURE AMBIENTAL: ANÁLISE DOS CUSTOS AMBIENTAIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA [B]³

MATHEUS VINÍCIUS DE MATOS

DENISE ISABEL RIZZI

SÉRGIO MURILO PETRI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DISCLOSURE AMBIENTAL: ANÁLISE DOS CUSTOS AMBIENTAIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA [B]³

Resumo: O referido trabalho tem por objetivo, analisar informações relacionadas aos custos ambientais, a partir dos relatórios de administração e notas explicativas do exercício de 2018 das empresas do setor de energia elétrica que compõe a [B]³. A pesquisa foi feita por meio de análise documental, aplicando análise de conteúdo. Caracteriza-se como descritiva, com uma abordagem qualitativa de dados. Amostra é composta por 15 empresas do setor de energia elétrica, listadas na Revista Exame entre as 100 maiores empresas de capital aberto por valor de mercado de 2017 e que estão inseridas no segmento de energia elétrica na [B]³. Por meio da análise dos dados, o resultado obtido foi de que todas as empresas evidenciaram ao menos uma observação relacionada a custos ambientais com base na categorização proposta. Pode-se inferir que as categorias mais evidenciadas foram as de “custos para controlar impactos ambientais e custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento”. A empresa que mais evidenciou foi a AES TIETÊ. Com relação as informações, encontram-se dispersas entre Relatório de Administração e Notas Explicativas. Em comparação com a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (2009/2010), verificou-se uma maior porcentagem do nível de evidenciação por parte das empresas do setor de energia elétrica desta pesquisa.

Palavras-chave: Custos Ambientais. Evidenciação. Setor de Energia Elétrica.

Área Temática: Sustentabilidade na Economia e na Contabilidade

1 INTRODUÇÃO

Com a busca por recursos naturais, a questão ambiental tornou-se pauta recorrente nas grandes corporações. Com isso, as empresas passaram a evidenciar mais informações referentes ao assunto. Apesar de não ter legislação específica, entende-se que evidenciar informações relativas a parte ambiental, traz certa “transparência” aos tomadores de informações e uma preocupação da empresa perante ao meio ambiente. Lindstaedt e Ott (2007) mencionam que os profissionais contábeis, os órgãos reguladores da profissão contábil, entidades educacionais e de pesquisa devem estar atentos às novas preocupações e alterações das necessidades informativas dos *stakeholders* (usuários externos da informação) que passam a incorporar, além de elementos econômicos, informações de natureza social e ambiental.

A evidenciação das informações ambientais tem por objetivo “identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação, e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial da entidade” (RIBEIRO, 2005, p.45). Apesar destes benefícios propostos, Rover, Murcia e Borba (2009) comentam que Berthelot, Cormier e Magnan (2003) mencionam que disclosure (evidenciação) ambiental é um conjunto de informações que relatam passado, presente e futuro do desempenho e da gestão ambiental da organização, bem como as implicações financeiras das ações e decisões ambientais.

Esse assunto está crescendo devido ao aumento da demanda por informações sobre o desempenho ambiental e a perspectiva de que essa informação pode contribuir para maximizar o desempenho financeiro (AL-TUWAIJRI et al.2004). De acordo com Eugénio (2010), a divulgação e relato de informação ambiental pelas empresas continuam a ser para muitos um tema recente, no entanto têm-se registrado avanços significativos.

Os custos referentes ao gerenciamento, de maneira responsável dos impactos no desenvolvimento da atividade empresarial no meio ambiente, são custos ambientais, decorrentes de alguma ação voluntária ou incorridos para atender os objetivos e exigências ambientais dos órgãos reguladores, reconhecidas no momento da identificação (BERGAMINI, 2000).

Com a frequente busca por recursos naturais, a questão ambiental passou a ser pauta recorrente nas grandes corporações. Cada vez mais as empresas buscam disponibilizar informações relativas a questões sociais e ambientais para seus usuários. Ben e Schneider (2007) apresentaram um ensaio teórico acerca da inserção dos custos ambientais na estruturação da contabilidade ambiental. Constataram que apesar da relevância do tema e dos trabalhos já realizados, existe a necessidade de incremento na realização de estudos abordando a análise dos custos ambientais e a sua inserção na contabilidade ambiental em empresas de diversos segmentos da economia brasileira. Com isso, esse estudo procura verificar a evidenciação dos custos ambientais nos relatórios das empresas que compõe o setor de energia elétrica da [B]³. A questão de pesquisa é: Quais as informações mais evidenciadas pelas empresas que compõe o setor de energia elétrica da [B]³ relacionados a custos ambientais?

O objetivo geral da pesquisa é identificar informações relacionadas aos custos ambientais evidenciados em notas explicativas e no relatório de administração das empresas que compõe o setor de energia elétrica da [B]³, segundo categorização de Rover, Borba e Borgert (2008). a) Identificar quais informações sobre custos ambientais foram divulgadas pelas empresas; b) Classificar as informações sobre custos ambientais de acordo com a categorização proposta; c) Verificar onde as informações sobre custos foram mais evidenciadas nos relatórios;

Em meio a uma frequente busca por informações relacionadas a questão ambiental por parte dos usuários das informações, busca-se verificar como as organizações tratam a questão dos custos ambientais como reflexo da sua responsabilidade social. De acordo com Rover, Borba e Borgert (2008), devido a ocorrência de impactos ambientais causados pelas empresas ao meio ambiente refletirem na imagem da organização perante a sociedade, despertou-se o interesse das companhias em incorporar informações ambientais em seus relatórios, adotar sistemas de gestão ambiental e investir em ações que reduzam os impactos causados por suas atividades ao meio ambiente. Utilizou-se as empresas do setor de energia elétrica da [B]³, pois a carteira ISE é composta em maior número por empresas deste setor e também por se tratar de uma carteira para análise comparativa da performance das empresas listadas na [B]³ sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, acredita-se que o segmento elétrico por ter normas específicas e um alto nível de governança corporativa, possa ter um nível de evidencição superior se comparado a ISE. A referida amostra é composta por 40% de empresas inseridas na carteira ISE 2018/2019.

O presente trabalho está estruturado em 5 seções. Com introdução, fundamentação teórica, que aborda os custos ambientais, evidencição de informações contábeis, índice de sustentabilidade empresarial. Em seguida, é apresentada a metodologia, com delineamento da pesquisa, amostra e coleta e amostra de dados. Após é feita a análise e apresentação dos dados, e por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CUSTOS AMBIENTAIS

Custos ambientais compreendem os gastos referentes ao gerenciamento de maneira responsável dos impactos no desenvolvimento da atividade empresarial no meio ambiente. É qualquer custo decorrente de alguma ação voluntária ou incorrido para atender os objetivos e exigências ambientais dos órgãos reguladores, reconhecidas no momento da identificação (BERGAMINI, 2000).

Rover, Borba e Borgert (2008) identificaram as informações sobre custos e investimentos ambientais e como são evidenciadas nas empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial de 2006/2007. Para tanto, utilizaram as demonstrações referentes ao ano de 2006. Os resultados revelaram que 13 empresas (38%) evidenciaram informações referentes a custos ambientais, as categorias referentes a custos correspondentes a danos ambientais e a investimentos com projetos ou programas ambientais foram as mais evidenciadas nos relatórios investigados. Destacaram ainda que o tipo de evidencição quantitativa monetária foi o mais utilizado, tanto nos custos como nos investimentos ambientais.

Para Ribeiro (2005, p.117) “os custos ambientais de montante e/ou natureza relevantes, computados na Demonstração do Resultado do Exercício de forma agregada, devem ser discriminados, por natureza, nas notas explicativas”.

Os custos ambientais compreendem os gastos incorridos em relação a danos ambientais e proteção do meio ambiente. Os custos de proteção ambiental incluem os gastos com eliminação, prevenção, controle, ações de remanejamento e reparação de danos causados ao meio ambiente (BICKEL; FRIEDRICH, 2005).

Tinoco e Kraemer (2004) mencionam que os custos ambientais são decorrentes da proteção ambiental, compostos por atividade de redução de poluição e resíduos, monitoração da avaliação ambiental, estas atividades vêm crescendo com o aumento da regulamentação

ambiental, e visível preocupação da sociedade. A preocupação com as questões ambientais faz com que os pesquisadores se preocupem com o estudo dos custos ambientais, podendo destacar alguns estudos relevantes.

Rossato, Trindade e Brondani (2009) ressaltam a importância que adquiriu o controle de informações ambientais na estratégia empresarial. Os autores ainda destacam a importância de uma empresa adotar a gestão dos custos ambientais para redução de seus custos e de seu passivo ambiental contingente. A referida pesquisa, usou as categorias propostas por Rover, Borba e Borgert (2008), aplicadas às empresas do setor elétrico que estão na [B]³ e que foram classificadas pela revista EXAME como maiores empresas por valor de mercado de 2017, verificando relatórios do exercício de 2018.

2.2 EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

De acordo com Rodrigues, Santos e Mello (2009), a Contabilidade Ambiental pode ser entendida como sistema especializado capaz de mensurar e registrar informações sobre a disponibilidade e utilização dos recursos ambientais ou acidentes ambientais causados ao meio ambiente. Além disso, possui o papel de identificar custos e despesas decorrentes de prevenção e reparos desses acidentes, assim como vantagens e ganhos decorrentes dessas medidas.

A adaptação das empresas em relação às práticas ambientais exigidas pelos diferentes grupos sociais, como fornecedores, clientes, parceiros empresariais e sociedade, tem acarretado reflexos na gestão, no modo como informam sua interação com o meio ambiente. Nesse sentido, percebe-se que tem se tornado constante a busca por maior disclosure, accountability e boas práticas de governança corporativa por parte das empresas, no que se refere às informações de caráter ambiental (ROVER et al. 2012).

Existem diferentes fatores os quais mobilizam as empresas a divulgarem suas informações de caráter ambiental, ocorrendo em alguns casos, conflitos e interesses diversos. Gray e Bebbington (2001) e Eugénio (2010) elencam alguns motivos, dentre eles: a) cumprir os requisitos legais; b) considerações de racionalidade econômica; c) convicção de que existem informações e responsabilidades a divulgar (os leitores têm o direito inalienável de informação, o qual deve ser satisfeito); d) intenção de responder às expectativas da comunidade (condescendência com a autorização da comunidade para desenvolver a sua atividade); e) ameaças à legitimidade da organização; f) gerir grupos (poderosos) de stakeholders; g) atrair fundos de investimento; h) cumprimento de exigências de natureza industrial ou de códigos de conduta específicos; i) tentativa de evitar iniciativas que possam introduzir regulamentos de divulgação ainda mais onerosos; j) objetivo de ganhar prêmios específicos de relato de natureza social, ambiental ou sustentabilidade.

Cowan e Gadenne (2005) desenvolveram um estudo comparativo entre o disclosure ambiental voluntário e o obrigatório. Aplicaram análise de conteúdo nos relatórios de 25 empresas australianas no período de 1998 a 2000. Os resultados mostraram que a evidenciação ambiental voluntária apresentava um maior volume de informações positivas do que as obrigatórias. Os autores concluíram que há necessidade de leis e/ou normas que obriguem a divulgação de informações de caráter ambiental.

Leite, Ribeiro e Pacheco (2008) verificaram se as empresas estão divulgando informações sobre o passivo ambiental e interações com o meio ambiente em conformidade com a NBC T 15, item 15.2.4, bem como identificaram quais são as informações divulgadas. Os autores observaram que as empresas procuram destacar no relatório de administração, mais que nas notas explicativas, as interações com o meio ambiente. Não perceberam na pesquisa a existência de algum padrão ou orientação sobre como informar, de modo que a

empresa evidencia de forma livre no relatório da administração. Finalmente concluíram que há preocupação por parte da maioria das empresas com o meio ambiente, mas não há evidencição dessas interações, assim como de passivos ambientais.

As empresas utilizam a evidencição ambiental para prestar contas à sociedade, sendo que a evidencição de informações ambientais possibilita o aumento da comunicação e redução da assimetria entre as organizações e suas partes relacionadas (ROSA et al., 2011). O nível de evidencição de informações ambientais torna-se uma referência, a partir do momento que permite que o mercado faça uma avaliação mais precisa da empresa (ZHONGFU; JIANHU; PINGLING, 2011).

Gubiani, Santos e Beuren (2010) destacam que é escasso o nível de informações ambientais nos relatórios contábeis das empresas, e normalmente as informações divulgadas atribuem crédito positivo à imagem da organização.

Kuasirikun e Sherer (2004) descreveram e avaliaram o disclosure ambiental e social de empresas listadas na Bolsa de Valores da Tailândia, no ano de 1993 e de 1999. A escolha destes dois anos decorre do fato de que representam grandes acontecimentos na economia deste país. Os resultados da pesquisa mostraram que a maioria das informações são do tipo declarativa, ou seja, informação qualitativa expressa em termos descritivos, e constam no relatório da administração. Os autores concluíram que ainda há pouca ênfase na divulgação a respeito de informações sociais e ambientais.

Braga, Oliveira e Salotti (2009) avaliaram empiricamente a influência de determinadas variáveis sobre o nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. Foram analisadas as demonstrações contábeis referentes ao exercício social de 2006 de 108 companhias de capital aberto listadas na Bovespa. O nível de divulgação ambiental foi mensurado por meio da aplicação da técnica de análise de conteúdo nas demonstrações contábeis das empresas da referida amostra. Os resultados revelaram que a maior parte (82,85%) das informações ambientais foi encontrada no relatório da administração e não passou pela avaliação dos auditores externos, sendo que a grande maioria (90,22%) atribuem crédito à imagem da empresa.

2.3 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL - ISE

Surgiu no Brasil em 2005, de acordo com Rezende e Santos (2006), “com a finalidade de possibilitar um ambiente de investimento e despertar a responsabilidade ética das corporações”. O ISE [B]³ é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na [B]³ sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e mudança do clima. (ISE,2019).

Vaz et al. (2008) mencionam que as empresas que buscam se manter no mercado e expandir seus empreendimentos, atraindo novos investidores, passaram a divulgar além das informações obrigatórias, informações adicionais a respeito da gestão empresarial e ações de responsabilidade social e ambiental.

A Bovespa (2009) menciona que a importância das ações é ponderada na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação. O índice tem como objetivo ser composto por empresas que se destacam em responsabilidade social, com sustentabilidade no longo prazo, ser um referencial do desempenho das ações desse tipo de empresa, ser

percebido como tal pelo mercado (credibilidade), ser replicável, e estimular boas práticas por parte das demais.

Segundo Marcondes e Bacarji (2010, p.26), o ISE é um índice que mede “o retorno de uma carteira de ações de empresas em operação no Brasil, posicionadas entre as mais líquidas negociadas na BOVESPA, que se submetem voluntariamente a uma avaliação de desempenho” está diretamente relacionada à responsabilidade empresarial.

O índice apresenta como principal objetivo promover boas práticas socioambientais para as organizações brasileiras e foi formulado utilizando o conceito do Triple Bottom Line (Tripé da Sustentabilidade) que avalia, de forma integrada, as dimensões econômico-financeiras, sociais e ambientais das empresas (LINS; SILVA, 2009).

A carteira ISE serve como uma referência para indicar quais ações, dentre as negociadas na BM&FBovespa, são mais seguras a longo prazo tendem a representar menor risco ao investimento (LINS; SILVA, 2009).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A referida seção trata do delineamento da pesquisa, retratando o seu enquadramento metodológico, sua amostra de pesquisa e dos procedimentos utilizados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Caracteriza-se como uma abordagem descritiva, devido ao fato de examinar as informações apresentadas nos Relatórios da Administração e nas Notas Explicativas das Empresas.

Com relação à abordagem do problema, a referida pesquisa é qualitativa, pois buscou examinar as informações relacionadas aos custos ambientais evidenciadas em notas explicativas e nos relatórios da administração das empresas do setor de energia elétrica que compõe a [B]³, e que foram classificadas entre as 100 maiores empresas de Capital Aberto segundo a Revista Exame.

Em relação aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental que para Beuren (2008), utilizam materiais que não recebem análise, mas que podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

3.2 AMOSTRA DA PESQUISA

A amostra inicial da pesquisa é composta por 22 empresas do setor de energia elétrica e que estão listadas entre as 100 maiores empresas de capital aberto em 2017, segundo a Revista Exame. Em seguida, ocorreu a busca por informações relacionadas a custos ambientais por meio do website da [B]³ e foi verificado que 7 empresas não estavam listadas no segmento de energia elétrica. Com isso a amostra final contou com 15 empresas.

Utilizou-se o setor de energia elétrica, devido ao fato de ser o setor com maior porcentagem (23%) do total da carteira ISE 2018/2019. Como esta prioriza questões sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, acredita-se que o número de evidenciação do setor elétrico seja superior em comparação a carteira ISE 2009/2010, visto que neste segmento existe um nível de exigência elevado, cobrados pelos respectivos órgãos reguladores, além de projetos de incentivo às empresas para divulgarem seu desempenho ambiental perante a sociedade. O quadro 1 apresenta a amostra da pesquisa com as 15 empresas analisadas, bem como seu nível de governança corporativa.

Quadro 1 Amostra da Pesquisa

EMPRESAS	NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
AES TIETÊ EN. S.A.	Nível 2 (N2)
ALUPAR INV. S.A.	Nível 2 (N2)
AMPLA EN. SERVIÇOS	Tradicional
CEMIG DIST. S.A.	Tradicional
CPFL ENERGIA S.A.	Novo Mercado (NM)
CPFL GERAÇÃO EN. S.A.	Tradicional
CTEEP	Nível 1 (N1)
EDP EN. DO BRASIL S.A.	Novo Mercado (NM)
ELEKTRO REDES S.A.	Tradicional
ELETROBRAS	Tradicional
ENERGISA S.A.	Nível 2 (N2)
ENEVA S.A.	Novo Mercado (NM)
ENGIE BRASIL EN. S.A.	Novo Mercado (NM)
EQUATORIAL EN. S.A.	Novo Mercado (NM)
REDE ENERGIA PART. S.A.	Tradicional

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Verifica-se que 60% das empresas apresentam um nível de governança diferente do Tradicional, com um percentual de 33% para o Novo Mercado, Nível 2 com respectivamente 20%, e Nível 1 com 7% da amostra.

3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta foi feita em 30 relatórios por meio de Notas Explicativas e Relatórios de Administração do exercício findo de 2018, disponível no website da [B]³. Foi aplicado a categorização de Rover, Borba e Borgert (2008). Foram quantificados intervalos das Notas Explicativas e Relatórios de Administração para observar as palavras: custo, meio ambiente, ambiental, socioambiental, sustentabilidade, ecologia. Subsequente a etapa de seleção das palavras, fez-se necessário a leitura das frases em que as palavras estavam inseridas e verificar aquelas que continham a palavra custos ou estavam relacionadas ao mesmo. Após a categorização, foi feita a síntese das categorias analisadas, e com o resultado obtido na mesma, elaborou-se uma tabela para comparar o número e percentual do nível de evidenciação em cada categoria com a pesquisa de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), para verificar se o nível de evidenciação foi superior em comparação com as empresas da carteira ISE 2009/2010. Também foi elaborada uma tabela com o número de evidenciação apresentado por cada empresa da amostra. A tabela 1 apresenta a categorização das estratégias de análise de evidenciação ambiental.

Tabela 1 Estratégias de análise da Evidenciação Ambiental

Categoria 1: Custos Ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais

- 1.1 - Custos de prevenção de poluição (ar, água e solo)
- 1.2 - Custos de conservação global e ambiental
- 1.3 - Custos para gestão de resíduos T

Categoria 2: Custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento

- 2.1 - Custos com pesquisa e desenvolvimento ou custos para planejar impactos ambientais de produtos

Categoria 3: Custos ambientais em atividades sociais

3.1 - Custos para proteção da natureza, reflorestamento, embelezamento e melhorias para o meio ambiente

3.2 - Custos para distribuição de informações ambientais

3.3 - Custos para contribuição e apoio de grupos ambientais

Categoria 4: Custos correspondentes a danos ambientais

4.1 - Custos com recuperação de contaminação ambiental

4.2 - Custos com indenizações e penalidades ambientais

Fonte: Adaptado de Rover, Borba e Borgert (2008).

A categorização aplicada para analisar os custos ambientais evidenciados nas notas explicativas e nos relatórios de administração, integrantes das demonstrações financeiras padronizadas das empresas pesquisadas, está segregado em 4 categorias relacionadas aos custos ambientais.

Inicialmente, se buscou pela palavra, interpretando-a, com o objetivo de relacioná-la ao contexto da mesma, utilizando para análise dos dados contidos nos relatórios, a técnica de análise de conteúdo. Em sequência, foi feita a análise de conteúdo das Notas Explicativas e Relatórios de Administração.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Na análise dos dados, mostra-se: a evidenciação das informações nas empresas que compõem o setor de energia elétrica na [B]³, de acordo com a categorização proposta por Rover, Borba e Borgert (2008).

4.1.1 EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS PARA CONTROLAR A OCORRÊNCIA DE IMPACTOS AMBIENTAIS

Para a verificação da evidenciação dos custos ambientais nas empresas pesquisadas, utilizou-se a categorização de Rover, Borba e Borgert (2008). Por meio da análise das informações referentes aos custos ambientais abordados pelas organizações no presente estudo, examina-se 4 categorias. Categoria 1 – Custos ambientais para controlar a ocorrência de impactos ambientais, de acordo com a tabela 2, no qual ilustra a quantidade de organizações que evidenciaram os itens inclusos nessa categoria e a porcentagem das empresas em relação a amostra total.

Tabela 2 Custos dos impactos ambientais evidenciados pelas empresas pesquisadas

Categoria 1: Custos Ambientais para controlar a ocorrência de impactos ambientais	Nº de Empresas que evidenciaram			% de Empresas que evidenciaram/Amostra Total		
	RA	NE	TOTAL	RA	NE	TOTAL
1.1 - Custos de prevenção de poluição (ar, água e solo)	5	4	9	33	27	30
1.2 - Custos de conservação global ambiental	3	1	4	20	7	13
1.3 - Custos para gestão de resíduos	3	3	6	20	20	20

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Constata-se que, por meio das três subcategorias analisadas, ocorre predomínio nas evidenciações das empresas nos Relatórios de Administração, no qual, o item 1.1 – Custos de prevenção de poluição (ar, água e solo), apresenta um maior número de evidenciação em comparação as demais subcategorias. Em seguida, aparece o item 1.3 – Custo para gestão de resíduos, apresenta um total de 6 evidenciações, e por último, o item 1.2 – Custos de conservação global ambiental, com apenas 4 evidenciações.

A subcategoria de custos de prevenção de poluição apresentou maior incidência perante as demais, correspondendo a 30% do total de observações possíveis das empresas analisadas e a 33% do total de evidenciação no RA. Constata-se, que as empresas estão mais preocupadas com a prevenção de poluição, evitando ou diminuindo assim, custos posteriores com danos de eventuais poluentes.

Comparando com o estudo de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), ocorreu melhora no nível de evidenciação dos custos ambientais para controlar a ocorrência de impactos ambientais, porém a porcentagem encontrada nesta pesquisa com relação a subcategoria 1.2 – Custos de conservação global ambiental, foi inferior. No Relatório de Administração da Eneva, observa-se os custos com relação a gestão de resíduos.

A implantação e operação dos empreendimentos da companhia possuem programas de controle e monitoramento socioambiental, possibilitando a mitigação e avaliação dos impactos provocados pela atividade da empresa. Ao longo de 2018, a Eneva garantiu o cumprimento integral dos padrões exigidos na legislação vigente de qualidade dos efluentes, da água (subterrânea e superficial), do ar, do solo, da destinação adequada de resíduos, das emissões atmosféricas e nos diálogos com as comunidades vizinhas. (Relatório de Administração Eneva, 2018, p.13, grifo nosso).

Verifica-se a preocupação da Eneva com os impactos causados pela atividade da companhia, bem como a sua adequação com as normas em vigor sobre a qualidade dos efluentes.

4.1.2 EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS DE CONSERVAÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Tabela 3 Custos de Conservação em P&D evidenciadas pelas empresas

Categoria 2: Custos de conservação em atividades de pesquisa	Nº de Empresas que evidenciaram			% de Empresas que evidenciaram/Amostra Total		
	T			TO		
	A	E	OTAL	A	E	TAL
2.1 Custos com pesquisa e desenvolvimento ou custos para planejar impactos ambientais de produtos	5	5	10	33	33	33

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Dos 30 relatórios analisados, foram encontradas informações em 10 deles, correspondendo a 33% do total de empresas verificadas. Destaca-se que o Relatório de Administração e Notas Explicativas, obtiveram o mesmo número de disclosure. Neste item verificou-se um nível de evidenciação superior ao estudo de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), de 9% do total de empresas analisadas no estudo.

Este aumento nos custos com P&D, pode ser motivado pela busca por novos métodos e procedimentos para melhor aproveitamento de seus recursos, bem como de seus serviços e na redução de matérias primas e no consumo energético, como é o caso das empresas do setor de energia elétrica. Verificou-se no Relatório de Administração da Cemig, custos com pesquisa e desenvolvimento.

Somente em 2018, foram executados mais de 42 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de 28,6 milhões de reais. (Relatório de Administração, Cemig, 2018, p.30, grifo nosso).

Observa-se a preocupação da Cemig com P&D devido aos gastos. Visto que foram executados mais de 42 projetos no exercício de 2018.

4.1.3 EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS EM ATIVIDADES SOCIAIS

Nesta categoria, observa-se praticamente uma equidade entre as subcategorias, com uma diferença somente na 3.3 – Custos para contribuição e apoio de grupos ambientais, onde não foi evidenciado em notas explicativas por nenhuma das empresas analisadas. Dentre as categorias analisadas, a subcategoria 3.1 e 3.2 obtiveram os melhores resultados.

Tabela 4 Custos ambientais em atividades sociais evidenciadas pelas empresas

Categoria 3: Custos ambientais em atividades sociais	Nº de Empresas que evidenciaram			% de Empresas que evidenciaram/Amostra Total		
	RA	NE	TOTAL	RA	NE	TOTAL
	3.1 - Custos para proteção da natureza, reflorestamento, embelezamento, e melhorias para o meio ambiente	4	3	7	27	20
3.2 - Custos para distribuição de informações ambientais	4	3	7	27	20	23
3.3 - Custos para contribuição e apoio de grupos ambientais	6	0	6	40	0	20

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Pode-se observar uma convergência na subcategoria 3.1 - Custos para proteção da natureza, reflorestamento, embelezamento, e melhorias para o meio ambiente, mesmo encontrado por Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), com 9% do total de empresas analisadas, a diferença em comparação com este estudo foi na quantidade de empresas que evidenciaram nesta subcategoria, num total de 23%. Outro ponto importante foi a divergência da subcategoria 3.2 – Custos para distribuição de informações ambientais, no qual teve um aumento significativo em comparação ao estudo de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), visto que, este item ficou em último lugar nas subcategorias dos custos com atividades sociais, representando 2% do total, em contrapartida, nesta pesquisa, constatou que 23% das empresas analisadas evidenciaram informações relativas a este item.

Assim, verifica-se que as empresas passaram a divulgar mais informações relativas aos custos com relação as atividades sociais. Um fator que pode explicar este aumento do número de evidenciações nas empresas do setor elétrico em comparação ao estudo de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), é o aumento do comprometimento por atividades sociais, ou até mesmo pelo fato do setor ter normas específicas se comparado a outros setores, porém esta porcentagem ainda é baixa. Verifica-se no Relatório de Administração da AES, que a empresa evidenciou custos com atividade de reflorestamento.

Uma das iniciativas fundamentais, alinhada às demandas da legislação ambiental e que contribui para o desenvolvimento sustentável, é o Programa de Reflorestamento. A atividade contribui para a conservação da flora, abastecimento do lençol freático e para evitar o processo de erosão e assoreamento dos reservatórios. Por meio do Mãos na Mata, iniciativa que conta com o apoio da ONG SOS Mata Atlântica, a Companhia busca parcerias com empresas que precisam fazer compensações ambientais com foco na revitalização de áreas da Mata Atlântica e do Cerrado. Para tanto, o programa oferece ao cliente o espaço para o reflorestamento, nas bordas dos reservatórios da AES Tietê Energia, fornece o projeto e as mudas, e se responsabiliza pelo monitoramento das áreas. Em 2018, 246 hectares foram reflorestados tendo superado a meta estabelecida para o ano. (Relatório de Administração, Aes, 2018, p.17, grifo nosso).

Percebe-se a iniciativa da companhia para com as atividades com fins de reflorestamento e conservação da flora bem como apoio a organizações não governamentais.

4.1.4 EVIDENCIAÇÃO DOS CUSTOS CORRESPONDENTES A DANOS AMBIENTAIS

Tabela 5 Custos de danos ambientais evidenciados pelas empresas

Categoria 4: Custos correspondentes a danos ambientais	Nº de Empresas que evidenciaram			% de Empresas que evidenciaram/Amostra Total		
	T			TO		
	A	E	OTAL	A	E	TAL
4.1 - Custos com recuperação de contaminação ambiental	0	0	0	0	0	0
4.2 - Custos com indenizações e penalidades ambientais	1	6	7	7	40	23

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O percentual de organizações que evidenciam custos de danos ambientais é baixo, com ressalva para a subcategoria 4.1 – Custos com recuperação de contaminação ambiental, que não obteve nenhum disclosure.

Com relação ao item 4.1 – Custos com recuperação de contaminação ambiental, ocorre uma divergência, se comparado ao estudo de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), que não foi evidenciado nenhuma vez, enquanto na outra pesquisa é evidenciado com um percentual de 5%. Já na subcategoria 4.2 – Custos com indenizações e penalidades ambientais, ocorre uma convergência com Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), pois apresentou maior porcentagem (12%), e sua evidenciação aparece em maior número em notas explicativas. Observa-se na Nota Explicativa da empresa Alupar, que a evidenciação da indenização ocorrida por falta de prevenção a danos ambientais.

Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP -Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.607; (Notas Explicativas, Alupar, 2018, p.64, grifo nosso).

A divulgação em maior número dos custos com indenizações e penalidades ambientais decorrentes de prováveis irregularidades das empresas, relata que as organizações evidenciam aspectos ambientais por conta de questões compulsórias do que por iniciativa ou transparência das empresas.

4.1.5 SÍNTESE DAS CATEGORIAS ANALISADAS

Na análise de todas as categorias, aponta que a categoria mais evidenciada pelas organizações foi a categoria 1: Custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais, com uma porcentagem de 53% do total de empresas analisadas no referido trabalho, juntamente com a categoria 2 – Custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento. A categoria 4 – Custos correspondentes a danos ambientais, ficou com 47% do total de empresas. E a menor porcentagem entre as 4 categorias foi a de Custos ambientais em atividades sociais, com 40%.

Tabela 6 Categorias de custos ambientais evidenciadas pelas empresas

Categorias Analisadas	Itens evidenciados			Total de Empresas	
	RA	NE	Total	Quant.	%
Categoria 1: Custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais	11	8	19	8	53
Categoria 2: Custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento	5	5	10	8	53
Categoria 3: Custos ambientais em atividades sociais	14	6	20	6	40
Categoria 4: Custos correspondentes a danos ambientais	1	6	7	7	47
TOTAL	31	25	56	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Após a verificação das Notas Explicativas e dos Relatórios de Administração de cada empresa, e o enquadramento em uma das categorias, salienta-se que, ao observar 4 categorias e 9 subcategorias em 15 relatórios da administração e 15 notas explicativas, o máximo de observações seria de 270. A referida pesquisa, identificou 56 observações, que corresponde a 21% do total de evidenciação dos custos nas empresas do setor elétrico inseridas na [B]³, com base na categorização proposta.

4.2 ANÁLISES DOS TRABALHOS SIMILARES

Na pesquisa de Rover, Borba e Borgert (2008), objetivaram identificar as informações relacionadas a custos e investimentos ambientais e como elas são divulgadas pelas 34 empresas listadas no ISE de 2006/2007. Do total da amostra, somente 13 evidenciaram alguma informação relacionadas aos custos ambientais, correspondendo assim a 38% do total da amostra. Na presente pesquisa, do total de uma amostra composta por 15 empresas do setor de energia elétrica inseridas na [B]³, todas as empresas evidenciaram ao menos uma informação relacionada aos custos ambientais. Um ponto convergente nas duas pesquisas foi que a categoria mais evidenciada foi a de custos ambientais para controlar a ocorrência de impactos ambientais, com um total de evidenciação de 29% e 53% nesta pesquisa. Vale ressaltar que esta pesquisa divergiu em alguns pontos, pois não foi analisado o nível de evidenciação dos investimentos ambientais nas empresas, além do que a busca por

informações relativas aos custos foi feita por meio de Balanço Social (BS), Demonstração Financeira Padronizada (DFP), Relatório Anual (RA) e Relatório de Sustentabilidade (RS), diferente desta pesquisa que analisou somente Relatório de Administração e Notas Explicativas. Cabe ainda ressaltar que o tipo de informação dos custos e investimentos ambientais foram classificados em declarativa, quantitativa não-monetária, quantitativa monetária e quantitativa monetária e não-monetária, visto que nesta pesquisa, não foram analisados tais itens, pois utilizou-se como base a pesquisa de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), no qual não foram analisadas estas informações.

Na análise comparativa ao trabalho de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), procuraram informações relacionadas aos custos ambientais evidenciados nos Relatórios de Administração e Notas Explicativas do exercício de 2008, das empresas da carteira ISE de 2009/2010. Os resultados apontam que mais de 50% das empresas evidenciam ao menos uma informação relativa a custos em uma das categorias analisadas frente a 100% deste trabalho. Constatou-se que as empresas evidenciaram um total de 49 observações, o que corresponde a 9% do total de evidenciação dos custos ambientais, de modo que neste trabalho foram evidenciadas 56, correspondendo a 21% do total possível. Com o intuito de mostrar os pontos em que as pesquisas convergiram ou não, foi elaborada a tabela 7 na seção 4.4 (página 29). A categoria que apresentou o maior número de disclosure ambiental foi de custos ambientais para controlar a ocorrência de impactos ambientais, com 45%, convergindo com esta pesquisa que obteve o maior nível de evidenciação nesta categoria com 53%. Contudo, com relação a subcategoria, o resultado foi divergente, no trabalho anterior a subcategoria de custos com conservação global ambiental tinha obtido a maior porcentagem com 24%, nesta pesquisa o item com maior evidenciação foi a de custos de preservação de poluição (ar, água e solo), com 30% respectivamente. O resultado foi que, mesmo com 60% das empresas da amostra não estando inseridas na carteira ISE 2018/2019, ainda assim, esta porcentagem de empresas que evidenciaram foi superior ao da pesquisa de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010). Pode-se dizer que o fato de o setor de energia elétrica ter exigência de seus órgãos reguladores, faz com que a evidenciação de questões ambientais seja mais destacada em relação às empresas da carteira ISE 2009/2010.

Silva, Borgert, Pfitscher e Rosa (2014), identificaram o perfil das informações de custos e investimentos ambientais evidenciados pelas empresas do setor elétrico brasileiro que estão listadas no ISE 2011/2012, correspondendo a 9 empresas na amostra. Todas divulgaram ao menos uma informação relativa ao disclosure dos custos ambientais, convergindo com este trabalho que também apresentou todas as empresas com evidenciação de ao menos uma informação. Divergiu na categoria de custos ambientais em atividades de gestão com 59 sentenças, nesta pesquisa não foi analisada esta categoria, pois utilizou-se a categorização de Rover, Borba e Borgert (2008). Em segundo lugar ficou a categoria de custos ambientais para controlar a ocorrência dos impactos ambientais com 49 sentenças contra 19 sentenças neste trabalho. Contudo, há de se ressaltar que esta pesquisa analisou informações relativas somente a custos em notas explicativas e relatórios de administração, a medida que no trabalho de Silva, Borgert, Pfitscher e Rosa (2014), foram analisados Demonstração Financeira Padronizada (DFP), Balanço Social (BS), Relatório Anual e Relatório de Sustentabilidade (RS), com classificação de informação em declarativa, quantitativa não-monetária, quantitativa monetária e quantitativa monetária e não-monetária, divergindo da presente pesquisa que não analisou estas informações e evidenciação relacionada a investimentos ambientais, não foram analisados estes itens pois utilizou como base a pesquisa de Silva, Cunha, Klann e Scarpin, no qual não foram analisadas estas informações.

4.3 NÚMERO DE EVIDENCIAÇÃO DE CADA EMPRESA

No quadro 2, retrata o total de evidenciações relacionados a custos de cada empresa desta amostra. Pode-se averiguar que todas as empresas evidenciaram ao menos uma informação relacionada aos custos ambientais.

Quadro 2 Número de evidenciação das Empresas

EMPRESAS	NÚMERO DE EVIDENCIAÇÃO
AES TIETÊ EN. S.A.	9
ALUPAR INV. S.A.	4
AMPLA EN. SERVIÇOS	3
CEMIG DIST. S.A.	6
CPFL ENERGIA S.A.	1
CPFL GERAÇÃO EN. S.A.	7
CTEEP	1
EDP EN. DO BRASIL S.A.	8
ELEKTRO REDES S.A.	6
ELETROBRAS	1
ENERGISA S.A.	1
ENEVA S.A.	6
ENGIE BRASIL EN. S.A.	1
EQUATORIAL EN. S.A.	1
REDE ENERGIA PART. S.A.	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Destaque para a empresa AES TIETÊ, que obteve o maior número de evidenciações relacionados aos custos, correspondendo a 16% do total de evidenciações, seguida por EDP ENERGIA DO BRASIL S.A. com 14% e CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. com 12%.

4.4 EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA X EMPRESAS DO ISE

Nesta seção, apresenta-se a comparação deste trabalho ao trabalho de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), que utiliza como amostra, as empresas da carteira ISE do ano de 2009/2010, bem como utilizou os relatórios do ano de 2008. Na tabela 7, podemos observar a diferença entre as duas pesquisas, assim como os pontos nos quais elas convergiram. Busca-se elucidar se o fato de uma empresa não estar inserida na carteira ISE, faz com que o seu nível de evidenciação ambiental seja menor ou não.

Tabela 7 Comparação entre a pesquisa de Matos (2019) e de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010).

Categorias Analisadas	Matos (2019)					Silva, Cunha, Klann, Scarpin (2010)				
	Itens evidenciados			Total de Empresas		Itens evidenciados			Total de Empresas	
	RA	NE	Total	Quant.	%	RA	NE	Total	Quant.	%

Categoria 1: Custos ambientais para controlar ocorrência de impactos ambientais 11 8 19 8 53 19 6 25 13 45

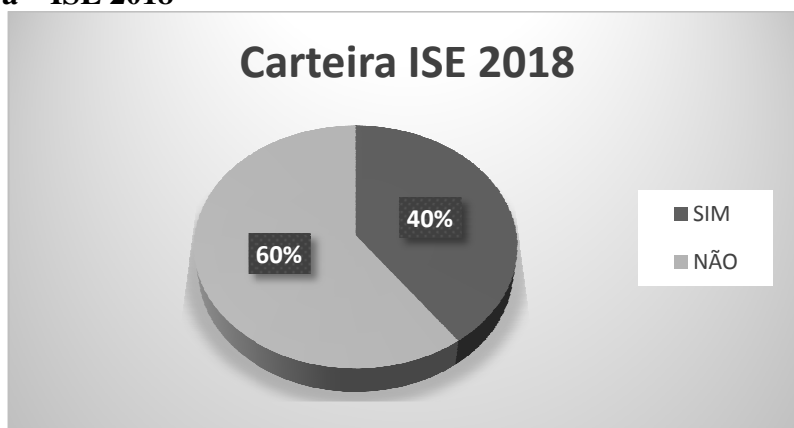
Categoria 2: Custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento	5	5	10	8	53	2	3	5	4	14
Categoria 3: Custos ambientais em atividades sociais	14	6	20	6	40	7	2	9	7	24
Categoria 4: Custos correspondentes a danos ambientais	1	6	7	7	47	3	7	10	8	28
TOTAL	31	25	56	-	-	31	18	49	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observa-se que apesar da amostra de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), ser composta por 29 empresas, e a do presente trabalho 15, o nível de evidênciação é menor que o presente estudo se comparado a proporção da amostra de ambas pesquisas e também ao total da soma das categorias. Em todas as categorias houve um aumento significativo da porcentagem no nível de evidênciação. Com destaque para a categoria 2: Custos em P&D, que apresentou um aumento de 39%. Isto pode ser explicado pelo avanço da tecnologia ocorrida nos últimos anos e com a preocupação das organizações em reduzir determinados custos, diminuição do consumo de matérias prima, bem como reaproveitamento e reutilização de determinadas matérias, assim como a busca por fontes alternativas, principalmente se tratando do setor de energia elétrica. Obteve-se menor número de empresas evidenciadas na categoria 1, 3 e 4, porém a diferença é pequena, visto que a amostra do trabalho de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), é superior à esta pesquisa.

Observa-se por meio do gráfico 1, que o percentual desta amostra é composto em sua maioria por empresas do setor elétrico que não compõem a carteira ISE 2018. Com isso, podemos notar que o fato da maioria das empresas não estarem enquadradas na carteira ISE 2018, não reduz o nível de evidênciação, pelo contrário, o número de evidênciação com relação aos custos ambientais foi superior ao trabalho de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010).

Gráfico 1 Porcentagem das empresas do setor de energia elétrica que compõem a carteira ISE 2018



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Sendo assim, entende-se que as empresas da referida amostra inseridas no setor elétrico possuem um elevado nível de evidênciação se comparado as empresas da carteira ISE de 2009/2010, isto pode ser explicado devido ao alto grau de exigências de seus órgãos reguladores, bem como a maioria das empresas analisadas obterem nível de governança corporativa superior ao Tradicional.

5 CONCLUSÕES

Por meio da análise dos dados, verificou-se que todas as empresas evidenciaram ao menos uma sentença sobre custos ambientais nos relatórios analisados. Destaque para a empresa AES que obteve o maior nível de evidenciação, correspondendo a 16% do total da amostra.

Nas categorias apresentadas, predominou a de custos para controlar a ocorrência de impactos ambientais com 53% do total da amostra, juntamente com custos de conservação em atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Do total de 270 observações possíveis do checklist, foram encontradas 31 observações no relatório da administração (55% do total) e 25 nas notas explicativas (45% do total). Percebe-se que o material abordado nesta pesquisa corrobora com as pesquisas de (Rover, Borba e Borgert, 2008; Silva, Cunha, Klann e Scarpin, 2010; Silva, Borgert, Pfitscher e Rosa, 2014), devido a não apresentar um padrão para divulgação de informações ambientais, visto que nesta pesquisa as informações estão dispersas entre Relatórios de Administração e Notas Explicativas, no qual não existe um padrão entre as empresas.

A pesquisa relata que o nível de evidenciação aumentou em comparação ao trabalho de Silva, Cunha, Klann e Scarpin (2010), revelando assim que o setor de energia elétrica possui um nível elevado de evidenciação se comparado com as empresas listadas na carteira ISE 2009/2010.

Como limitação da pesquisa, apresenta-se o fato de ter analisado somente Relatórios de Administração e Notas Explicativas das empresas, além de verificar apenas um segmento de um exercício financeiro. Para trabalhos posteriores, sugere-se uma comparação entre a carteira ISE atual e as empresas do setor elétrico da [B]³, além de uma verificação nos demais relatórios presentes nas demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

- BEN, F.; SCHNEIDER, V. E. Evidenciação dos Custos Ambientais e da Contabilidade Ambiental em Empresas Brasileiras. In: 1er Congrès Transatlantique de Comptabilité, Audit, Contrôle de Gestion, Gestion de Côuts et Mondialisation y X Congresso del Instituto Internacional de Costos, 2007, Lyon - França. CD-ROM. **Anais[...]** 2007. v. 1. p. 225-240. CD-ROM.
- BERGAMINI, J.S. **Custos emergentes na contabilidade ambiental**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, n.9, p.3-11, ago./out. 2000.
- BEUREN et al. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3 ed., São Paulo: Atlas, 2008.
- BICKEL, P.; FRIEDRICH, R. **ExternE: Externalities of energy-methodology 2005 Update**. Luxemburg: European Commission, 2005.
- BRAGA, J.P.; OLIVEIRA, J.R.S.; SALOTTI, B.M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: CONGRESSO USP, 2009. CD-ROM.
- B3, **Ações**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 30 mar. 2019.
- COWAN, S.; GADENNE, D. Australian corporate environmental reporting: a comparative analysis of disclosure practices across voluntary and mandatory disclosuresystems. **Journal of Accounting and Organizational Chage**, v. 1, p. 165-179, 2005.
- EUGÊNIO, T. Avanços na Divulgação de Informação Social e Ambiental pelas Empresas e a Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 102-118, jan./mar. 2010.
- GRAY, R.; BEBBINGTON, J. **Accounting for the environmental**. 2nd ed. London: Sage, 2001.

- GUBIANI, C. A.; SANTOS, V.; BEUREN, I.M. Informações ambientais evidenciadas pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. In: Simpósio de Administração da Produção Logística e Operações Internacionais (SIMPOI), São Paulo, 2010. **Anais[...]**. São Paulo: FGV/SP, v. 1, p. 1-15, 2010.
- ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL, **O que é o ISE B3**. Disponível em: <http://www.iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em: 14 mai. 2019.
- KUASIRIKUN, N.; SHERER, M. Corporate social accounting disclosure in Thailand. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 17, n. 4, p. 629-660, 2004.
- LEITE, R. M.; RIBEIRO, R. R. M.; PACHECO, V. Evidenciação do passivo ambiental e interação das empresas com o meio ambiente. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2008, Salvador. **Anais[...]**. Salvador: ANPCONT, 2008. CD-ROM.
- LINDSTAEDT, A. R. de S.; OTT, E. Evidenciação de informações ambientais pela contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/UNCTAD), norte-americanas e brasileiras. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 1., 2007, Gramado. **Anais[...]**. Gramado: ANPCONT, 2007. CD-ROM.
- LINS, L. S.; SILVA, R. N. S. **Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwash: Uma Avaliação com Base nos Relatórios de Sustentabilidade Ambiental**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 4, n. 1, 2009.
- MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE: sustentabilidade no mercado de capitais**. São Paulo: Report, 2010. 93p.
- REVISTA EXAME. **As 100 Maiores empresas de Capital Aberto**. Disponível em: <http://www.exame.abril.com.br/revista-exame/maiores-em-financas-2/>. Acesso em: 14 mai. 2019.
- REZENDE, I. A. C.; SANTOS, L. S. R. Análise da Rentabilidade e Performance dos Investimentos Socialmente Responsáveis: um estudo empírico no mercado brasileiro. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30., 2006, Salvador. **Anais[...]**. Salvador: EnANPAD, 2006. CD-ROM.
- RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva: 2005
- RIBEIRO, M. de S. **O Custeio por Atividades Aplicado ao Tratamento Contábil dos Gastos de Natureza Ambiental**. Caderno de Estudos, São Paulo, FIECAFI, v.10, n.19, p.82-91, set/dez. 1998.
- RODRIGUES, F. F.; SANTOS, R. B. dos.; MELLO, M. C. B. de. **Análise do Disclosure Ambiental da Empresa Petrobrás no Período de 1997 a 2007**. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E FINANÇAS, 9, 2009, São Paulo. Disponível em: www.congressosp.fiecafi.org/artigos92009/364.pdf. Acesso em: 04 jun. 2019.
- ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; LUNKES, R. J. **Gestão da Evidenciação Ambiental: Um estudo sobre as Potencialidade e Oportunidade do Tema**. Engenharia Sanitária e Ambiental. v. 16, p. 157-166, 2011.
- ROSSATO, M. V.; TRINDADE, L. de L.; BRONDANI, G. Custos ambientais: um enfoque para a sua identificação, reconhecimento e evidenciação. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 1, 2009.
- ROVER, S.; BORBA, J. A.; BORGERT, A. Como as Empresas Classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Evidenciam os Custos e Investimentos Ambientais? **Revista de Custos e @gronegocio on line**. v.4, n.1, jan/abr. 2008.
- ROVER, S.; MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2008, Salvador. **Anais[...]**. Salvador: ANPCONT, 2008. CD-ROM.
- ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D. R.; BORBA, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **R. Adm.**, São Paulo, v.47, n.2, p.217-230, abr./maio/jun, 2012.
- SILVA, J. O. da; CUNHA, P.R. da; KLANN, R.C.; SCARPIN, J.E. Evidenciação dos custos ambientais nas empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.7, n.14, p.159-182, jul/dez, 2010.

SILVA, T.L. da; BORGERT, A.; PFITSCHER, E.D.; ROSA, F.S. da. Evidenciação de custos e investimentos ambientais das companhias do setor elétrico listadas no ISEBM&FBOVESPA 2011/2012. **Revista de Custos e @gronegocio on line**. v.10, n.2, abr/jun, 2014.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

VAZ, A. C.; GONÇALVES, R. de S.; NIYAMA, J. K.; GONÇALVES, A. de O. Análise comparativa sobre informações voluntárias divulgadas: o social disclosure das empresas latino-americanas listadas na Nyse. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. CD-ROM.

ZHONGFU, Y.; JIANHUI, J.; PINGLING, H. The Study on the Correlation between Environmental Information Disclosure and Economic Performance - With empirical data from the manufacturing industries at Shanghai Stock Exchange in China. **Energy Procedia**. v. 5, p. 1218–1224, 2011.